

## DOSSIÊ: Políticas de Educação Inclusiva: Desafios Atuais

### APRESENTAÇÃO

*A Inclusão ganhou força de verdade!  
É movimento cuja adesão discursiva na atualidade é de todos!  
Entretanto, a sua fonte é o que leva à destruição do humano;  
provoca a quebra da sua individualidade e subjetividade;  
favorece a competitividade e a ilusão de pertença a grupos que  
jâmais serão pertencentes.  
Triste, porém, é reconhecer que, se com ela está ruim, sem ela pode  
ficar pior! (SILVA, L. C 2019, s/p)*

**O** dossiê Políticas de Educação Inclusiva: Desafios Atuais é composto por seis artigos que abordam a temática, com enfoques distintos.

A inclusão, ainda hoje, após mais de três décadas de sua introdução na legislação nacional, no campo educacional e social, ainda precisa ser amplamente discutida. Isto pois, houve uma expansão nacional da vinculação da ideia de inclusão das pessoas com deficiências no campo educacional. Tal fato levou a uma redução significativa do modelo de inclusão educacional que não visa apenas ao público da educação especial, mas da **escolarização de todos**.

Ressalta-se que a inclusão educacional é muito mais do que ocupar-se deste grupo de pessoas, tomadas como minoria. Trata-se, pois, de trazer para o foco central das políticas públicas de educação, a assunção do ideário do direito de todos, os cidadãos do país a adentrar-se e usufruir de forma positiva dos serviços educacionais existentes.

Inclusão é, pois, a **garantia do direito de todos** à educação, à saúde, a habitação, ao lazer e à vida com dignidade. As dificuldades para romper com concepções e percepções classistas, elitistas e meritocráticas, dentre outras, existentes no país, arraigadas historicamente nas pessoas e organizações institucionais demandam de tempo e do estabelecimento de estratégias de superação.

Os fatos ocorridos na realidade atual demonstram que a elite brasileira resiste em romper com seus privilégios mantidos historicamente por anos. Assim, apesar de as políticas de inclusão ser fortes aliadas do sistema político e econômico em vigência, este grupo

privilegiado economicamente, pretende voltar a ter domínio destes espaços conquistados nas últimas décadas. A *pseudo* ideia do mérito, como fator principal e “justo” mecanismo de desenvolvimento educacional, profissional e acessão social. Assim, não se trata de garantir o acesso a todos, mas valorizar e potencializar àqueles que possuem mérito.

Um fato que tem promovido muitas reflexões, no campo da inclusão do Público da educação especial, é o fato de muitos estudantes deste grupo não terem avançado no seu processo de escolarização no ensino fundamental regular e terem que recorrer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para dar continuidade aos seus estudos. Ora, se em um processo contínuo, com profissionais da educação com qualificação, estes estudantes não conseguem ter sucesso na escola, como será seu desenvolvimento na EJA, cuja organização e a oferta dependem do grupo que demanda pelos serviços educacionais, com horários mais reduzidos e profissionais que, muitas vezes, tem boa vontade, mas não possuem uma qualificação necessária para o trabalho com este público.

Incluir estes estudantes na EJA é um desafio que ultrapassa os muros do desejo e da força de vontade. Por outro lado, há ainda os desafios com a Educação do Campo, dos quilombos, dos indígenas, dentre outros.

Nestas áreas requerem-se profissionais de origem destes lugares, uma vez que, para além dos aspectos comuns há que se pensar no direito de se receber um tempo, espaço e conteúdos curriculares flexibilizados de acordo com a realidade linguística, cultural e de tempo do trabalho de cada grupo em específico.

A flexibilidade é um dos princípios da inclusão educacional que potencializa a escolarização deste grupo, entretanto, são muitas práticas arraigadas na realidade que dificultam a sua implementação no cotidiano escolar, tais como: desejo de manter um calendário escolar único nas redes escolares já estabelecidas socialmente; a existência de profissionais que já estão vinculados às instituições escolares há muitos anos e se recusam a ser transferidos para outras instituições; práticas discursivas arraigadas, tais como, sempre foi assim, por que agora tem que ser diferente? A escola tem um calendário, cabe aos estudantes se adequarem a ela e não a escola atender as demandas de seus estudantes. Entretanto, a escola existe para atender aos estudantes. Assim, os artigos aqui presentes demonstram de forma indireta as questões da educação que envolve este princípio.

A acessibilidade é outro princípio que precisa ser considerado e potencializado para se garantir o sucesso no processo de escolarização do público da educação especial. A falta da acessibilidade atitudinal dos profissionais da educação e da população, em grande parte, são responsáveis pelas dificuldades apresentadas no tocante à flexibilização. Se não houver investimento na formação conceitual das pessoas em geral e dos profissionais a longo tempo, será

muito difícil modificar esta realidade, pois mudanças de atitudes não ocorrem sem o acesso ao conhecimento e às informações substanciais e propositivas. Desta, também, dependem as demais formas de acessibilidade, tais como, a pedagógica, a linguística e a comunicacional.

A acessibilidade pedagógica é de extrema importância, uma vez que garante a adequação dos processos de ensino às necessidades específicas de cada estudante. Pensar os processos de escolarização de um estudante com deficiência mental e/ou de um Surdo demandam conhecimentos diferenciados. O acesso às formas de processar a informação/conhecimento para se chegar à aprendizagem carece de intervenções pedagógicas distintas, bem como, linguísticas, no tocante a língua de sinais para os Surdos e uso de uma linguagem mais direcionada e correlacionada com a realidade para as pessoas com deficiência mental. Pensar as diferentes formas de acessibilidade requer disposição dos grupos envolvidos e formação adequada.

Quando se fala em acessibilidade, logo, todos se lembram da arquitetônica e/ou física. Esta, com certeza, a mais simples e fácil de concretizar, pois demanda de recursos financeiros em grande parte, de conhecimentos, que na atualidade as normas da ABNT 9050, respondem as dúvidas nesta área. Garantem o ir e vir das pessoas com deficiência física, bem como, de outras pessoas que estejam com alguma dificuldade de locomoção, mesmo que momentânea. Esta acessibilidade não afeta as formas de pensar destes grupos, às vezes, por isso mesmo, as que mais avançaram nos últimos anos.

No tocante ao acesso ao objeto do conhecimento escolar, a Política Nacional do Livro Didático, PNLD, iniciou um processo oferta de livros didáticos acessíveis em Língua Brasileira de Sinais - Libras para os estudantes Surdos e em PDF, para que as pessoas cegas pudessem ter acesso via leitores digitais e as com baixa visão utilizarem os recursos de acessibilidade presentes nos programas de computadores que lhes garantam as condições de autonomia e independência destes estudantes.

Independente das condições dos estudantes, sejam elas, físicas, intelectuais, sensoriais e/ou emocionais, etc., o processo educacional precisa reconhecer e valorizar as suas diferenças e se organizar, de forma a oferecer a todos, as condições básicas de autonomia e independência para proceder seu processo de escolarização sem ficar dependentes de terceiros. Todos têm o direito de aprender e de organizar o seu tempo de estudo e aprendizagem de acordo com suas condições individuais.

Por conseguinte, não é possível pensar a inclusão educacional sem pensar e realizar a formação de professores de forma a instrumentalizá-los teoricamente e pedagogicamente para sua ação profissional na escola atual, que não pode ater-se a grupos privilegiados, mas preocupar-se e implicar-se com todos.

Dessa forma, a discussão sobre este tema, torna-se legítimo e necessário de ser tratado em diferentes espaços destinados à formação de pessoas e profissionais da educação. Diante do exposto, esse dossiê presta um importante serviço aos grupos minoritários deste país.

No primeiro artigo, *“A educação para todos: um direito em Cuba a partir da inclusão educativa na escola primária rural”*, os autores María Luz Rodríguez Cosme, Omayda Despaigne Negret e Pedro Pérez Batista, relatam como a inclusão educacional foi tomada como um paradigma educacional central nos últimos anos em Cuba, bem como, em outros países da América Latina. Entretanto, sua concretização requer de um desempenho sistemático a partir de suas regularidades e tendências, as quais facilitam situações capazes de harmonizar-se com as correntes pedagógicas presentes nos tempos atuais, sem com isso, deixar evidente as potencialidades que as vinculam a um contexto de atenção à diversidade. Para eles a formação do professor, em Cuba, precisa incorporar desde o currículo, conteúdos pedagógicos, psicológicos e didáticos que o oferecem os fundamentos necessários para o seu desenvolvimento profissional e ao mesmo tempo, lhes ofereçam as ferramentas necessárias para o seu exercício profissional que atenda à diversidade. O artigo procura argumentar a importância da inclusão no sistema educacional cubano para a formação do professor primário, com significação no contexto rural.

O segundo artigo *“Organização do ensino na EJA para os alunos com Deficiência Intelectual”*, as autoras, Ana Maria Tassinari, Marcia Duarte Galvani e Juliane Aparecida de Paula Perez Campos, apresentam resultado de uma pesquisa que objetivou descrever a organização do ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os alunos com deficiência intelectual, matriculados nessa modalidade, em dois municípios do interior paulista. Os resultados evidenciaram a necessidade de a Secretaria Municipal de Educação, dos municípios estudados, investir na formação continuada dos professores atuantes nessa modalidade, tendo como base o apoio da Educação Especial e adaptações curriculares.

Em seguida, no terceiro artigo, intitulado *“Avaliação do aluno surdo na escola regular: pressupostos legais e experiências”*, Adriana Moreira de Souza Corrêa, Aparecida Carneiro Pires e Francileide Batista de Almeida Vieira apresentam resultados de pesquisa na qual objetivou identificar (na legislação e na literatura) pressupostos, recursos e práticas de avaliação para surdos. Apresentam uma análise bibliográfica, baseada na legislação que trata da avaliação voltada para o estudante surdo e em resultados de sete pesquisas. Defendem ser necessária a formação continuada para modificar a atuação docente ante a avaliação, compreendendo a colaboração de outros profissionais e membros da comunidade escolar no processo avaliativo. Além disso, destacam a importância da reorganização do sistema educacional, no sentido de aproximar professores e intérpretes, investir na formação continuada dos educadores (docentes e técnicos), esclarecer e envolver a

comunidade escolar nas atividades propostas e buscar instrumentos e estratégias diferenciadas de avaliação de modo a identificar os caminhos para uma gestão mais democrática do processo de construção do conhecimento.

*A Formação Docente e o Atendimento Educacional Especializado – mediação para inclusão educacional* é o quarto artigo, de autoria de Maria Célia Borges, Marlon César da Silva e Simone das Graças Leal. O texto traz uma discussão sobre a formação docente focando na formação continuada do profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em busca de maior inclusão educacional. O tema explorado é resultado de um recorte interativo entre duas investigações retiradas da pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em educação, realizados na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) entre 2017-2019. Segundo as autoras, os resultados explicitaram que, dentre outros aspectos, a proposição e concretização de políticas de formação docente é condição *sine qua non* para o alcance de uma escolha mais inclusiva nos processos educacionais. Nesse sentido, ressaltam a importância do investimento nas políticas educacionais para a melhoria da qualidade da educação, envolvendo múltiplos fatores, dentre os quais a formação e a valorização do profissional docente.

Caroline Pugliero Coelho, Renata Godinho Soares e Rafael Roehrs, no quinto artigo, *“Visões Sobre Inclusão Escolar No Contexto De Educação Especial: PCN X BNCC”*, apresentam os resultados de um estudo em que analisam os documentos: Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, referente à Educação Especial dentro do contexto Inclusão Escolar. Após a análise, os autores puderam considerar que o conteúdo dos PCN traz maiores colaborações ao professor do que a BNCC, que além de não tratar da educação especial inclusiva, em específico, transfere para cada currículo escolar, o que não garante que esta seja observada com a devida atenção e importância. Destacam que é necessária a realização de uma discussão mais aprofundada sobre a BNCC, uma vez que ela possui caráter normativo e perspectivas de garantias a uma educação igualitária a todos. Por fim, ressaltam que se faz necessário que as esferas educacionais, sejam elas em âmbito estadual, municipal, federal ou privada, atentem para a Educação Especial como um direito de todos e dever da união, e que esta esteja sempre presente dentro dos seus Currículos e Projetos Políticos Pedagógicos, visando atender todos os estudantes de forma igualitária e com qualidade.

No sexto artigo *“O Direito à Educação de Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: uma reflexão a partir dos planos estaduais de educação no Brasil”*, Livia Silva de Souza, Andreia Lacé e Daniela Gomes procuram descrever e identificar como a política educacional destinada aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas está consignada nas metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (2014-2014) e dos Planos Estaduais de Educação das

vinte e sete unidades federativas. O estudo realizado por elas revelou, entre outros aspectos, que a socioeducação aparece em algumas estratégias vinculadas ao sistema prisional e aos jovens em situação de rua. Destacam como a positivação do direito à educação para jovens em cumprimento de medida socioeducativa é um avanço, mas existem fragilidades no que tange ao planejamento e à execução de políticas de escolarização.

O convite à leitura cuidadosa e prazerosa destes artigos está realizado. Agora, cabe a cada um a decisão de fazê-lo.

Lázara Cristina da Silva  
Vilma Aparecida de Souza